

EJA – Educação de Jovens e Adultos: por políticas públicas continuadas face às especificidades das demandas

Luciana Raquel da Silva Nascimento

Como citar: NASCIMENTO, Luciana Raquel da Silva. **EJA – Educação de Jovens e Adultos:** por políticas públicas continuadas face às especificidades das demandas. *In*: MIGUEL, José Carlos (org.). **Educação de jovens e adultos:** Teoria, Práticas e Políticas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 343-366. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-310-6.p343-366>



EJA – Educação de Jovens e Adultos: por políticas públicas continuadas face às especificidades das demandas

*Luciana Raquel da Silva Nascimento*⁶⁴

Introdução

Ao longo da história da educação brasileira pode-se observar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem boa parte de sua trajetória na busca de uma identidade, com vistas a delineamento técnico-pedagógico e político que melhor atenda a todas as demandas impostas para as reais necessidades desse segmento da educação. A Constituição Federal de 1988 é clara e objetiva ao colocar em seu artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

O dispositivo constitucional é explícito ao relacionar como direito de todos os cidadãos a oportunidade de estudar, aprender a ler, escrever e calcular, possibilitando uma formação ampla e integral de homens e mulheres (NOVAIS, 2010). Porém quando estudamos a

⁶⁴ Professora da Rede Estadual de Ensino, SP.

Aluna Especial do Mestrado em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista - UNESP. E-mail: luciana.raquel@unesp.br

trajetória da EJA fica evidente que muitas das ações nunca saíram do papel, ou não surtiram o efeito que deveriam, simplesmente porque a lei não se constitui unicamente por força de decreto ou por estar expressa em papel. Faz-se necessário, para além da obrigatoriedade definida em lei, os procedimentos operacionais e encaminhamentos necessários para que se efetive de fato.

Isso envolve desde os meios utilizados para divulgação da abertura das turmas, observando-se, por vezes, a colocação apenas de uma faixa na frente de determinada escola, o que pouco resolve por não disporem de capacidade suficiente para leitura e compreensão, até uma dimensão maior a exigir-se políticas públicas para não inviabilizar um projeto de nação, seja pelas implicações para o desenvolvimento socioeconômico, seja para as possibilidades e exigências relativas ao exercício da cidadania.

Nesse sentido, a justificativa para a efetivação deste trabalho se dá na medida que este usará dados locais de uma pequena cidade do interior paulista, raramente adotada como universo de pesquisa, abordando demandas de processos de EJA, em dimensão amostral, a qual deverá ser definida no conjunto de cidadãos, apresentando informações atuais sobre as características do público-alvo de forma a contemplar suas reais necessidades.

Desse modo, o estudo teve como objetivo geral a caracterização e o levantamento de dados da comunidade local no que se refere aos indicadores de analfabetismo absoluto ou funcional, além do número de pessoas que concluíram ou não a Educação Básica neste município, de forma amostral, buscando estabelecer relações com a trajetória histórica do processo de escolarização básica no contexto brasileiro.

Como objetivos específicos, a abordagem da realidade de pesquisa exigiu estudar os elementos constituintes dos processos educativos na perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.

9394/1996, toda a transformação ocorrida em função dela, bem como a sua importância para a EJA. O estudo se ocupou, também, do mapeamento do número de pessoas que concluíram cada ciclo conforme o estabelecido pela Educação Básica: Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Tais encaminhamentos foram movidos pela pretensão de fornecer dados reais para Secretaria da Educação Municipal e Diretoria de Ensino da Região em estudo.

A metodologia que será adotada para a realização deste trabalho será pesquisa bibliográfica, utilizando fontes primárias e secundárias como leitura de teses, livros, artigos científicos e sites da internet. Será realizada também a análise documental, explorando recomendações sobre a EJA constantes dos documentos oficiais. Uma pesquisa de campo analisará aspectos regionalizados da EJA, contando com a colaboração das famílias locais e funcionários municipais e estaduais, através do formulário do Google Forms. Estes dados apresentaram a realidade por amostragem da comunidade local dando com isso mais significado à pesquisa realizada.

Compreendeu-se que a consecução de tais objetivos, além de apontar os indicadores de analfabetismo no município, definindo características dessa clientela, efetivamente indicaria dados para nortear o trabalho dos professores que atuam com a formação do Ensino de Jovens e Adultos.

1 Fundamentação Teórica: limites e perspectivas para a EJA

Os estudos acerca das transformações das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, bem como os levantamentos realizados sobre como elas se constituíram, aponta na trajetória histórica recente que a LDB 4.024/61 estabeleceu as estruturas primária, ginásial, colegial e

universitária para a organização do sistema de ensino. Constatavam-se naquele momento históricas transformações profundas na economia do país, progressivamente avançando do modelo agropecuário para esforços no sentido de crescente desenvolvimento industrial, principalmente nas regiões sul e sudeste do país.

Na sequência vem o Regime Militar vivido no período 1964 a 1985. Este por sua vez realizou uma reforma, na qual tivemos a divisão em centro e áreas, sendo que em 1971 estabeleceu as designações de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, ampliando a obrigatoriedade de permanência na educação elementar de 4 para 8 anos. Sob forte onda nacionalista e reflexos do ideário desenvolvimentista iniciado na década anterior, compreende-se que o analfabetismo e a baixa escolarização de amplo segmento da população brasileira era um entrave para a Nação cuja propaganda oficial buscava consolidar.

Entre as mudanças, tivemos na nova LDB 5.692/71 a reafirmação do processo dual da educação brasileira, definido em termos de ensino propedêutico, de formação geral, para formar as elites e ensino técnico, profissionalizante, para educação das camadas populares conforme indicam estudos como os de Romanelli (1986).

Destaque-se que a Lei n. 7.044/82 alterou dispositivos da LDB 5692/71 no que se referia à instituição do ensino profissionalizante, o qual basicamente deixou de ter como objetivo a qualificação profissional, contrapondo a ideia de preparação para o trabalho. A partir de 1988, inicia-se a preparação para a LDB atual, na qual se definiu um Conselho Nacional e Conselhos Estaduais de Educação. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso é homologada a LDB 9394/96, dividindo o sistema de ensino entre educação básica e educação superior.

A LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, deixando claro qual deve ser a finalidade da Educação Básica:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

A LDB nº 9394/96 representa um marco importante para a educação brasileira, apresentando indicativos mais abrangentes nas ações a serem desenvolvidas no que se refere ao público da EJA, e isso fica mais evidenciado no parágrafo 2º, quando o texto defende a vinculação da educação escolar de jovens e adultos ao mundo do trabalho, pois a maioria dos alunos deste ciclo, necessita trabalhar para ter condições de continuar, ou até mesmo para poder retornar aos estudos.

A História da Educação Brasileira é prodigiosa ao indicar a imperiosidade de o público da EJA ser atendido em suas peculiaridades, fazendo-se necessária a criação de políticas públicas que tenham um olhar pedagogicamente voltado para repensar e atender as especificidades deste público. Pensar em perspectivas que atendam às suas reais necessidades tais como a flexibilização de horários, tempo e espaços escolares, conteúdo apropriado e que faça sentido, relacionando-se com a sua realidade e a de seu entorno. Em situação otimizada a LDB aponta, assim, para uma aula diferenciada para cada segmento dos alunos da EJA, e correlacionada ao seu trabalho. Ou seja, a partir daquilo que ele faz, para que seja a partir de sua vivência e prática, alfabetizado,

de forma significativa, em processo efetivo de produção de sentidos de aprendizagem e negociação de significados no sentido de Freire (2021).

Outro fator de fundamental importância, se refere ao profissional que atenderá este público, devendo ser um alfabetizador sintonizado com suas demandas, para assim garantir tal perspectivas de equidade e justiça social (BRASIL, 2000), buscando garantir também o desenvolvimento geral das capacidades do educando conforme citado no parágrafo segundo do artigo 1º da LDB 9394/96.

Ao estudarmos a trajetória recente da educação brasileira, podemos perceber que alguns fatores interferem diretamente na defasagem da aprendizagem do alunos. Estes fatores serão apresentados a seguir com base no excerto do livro a História da Educação de Otaíza Oliveira Romanelli a seguir:

A primeira delas é a de que a forma como evolui a economia interfere na evolução da organização do ensino, já que o sistema econômico pode ou não criar uma demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola (...) A segunda constatação relaciona-se com a evolução da cultura, sobretudo da cultura letrada. A herança cultural influi sobre os valores e as escolhas da população que procura escola. (...) A terceira constatação tem implicações com o sistema político. A forma como se organiza o poder também se relaciona diretamente com a organização do ensino, em princípio porque o legislador é sempre o representante dos interesses políticos da camada ou facção responsável por sua eleição ou nomeação e atua, naquela organização, segundo esses interesses ou segundo os valores da camada que ele representa (ROMANELLI, 1986, p. 13).

Nas linhas e nas entrelinhas da formulação teórica da autora revela-se claramente a intencionalidade do processo educativo, de modo que na realidade brasileira sempre se mostraram muito claras as

prerrogativas de oferecimento de educação de jovens e adultos seja como apelo eleitoral, o direito de votar e de exercício da cidadania, seja como elemento de desenvolvimento social, embora mais caracterizado como instrumentalização para o mercado de trabalho.

Efetivamente, a precariedade da formação de jovens e adultos se mostrou de forma cristalina em toda a trajetória da história da educação brasileira ainda que se possa notar a preocupação com a flexibilidade de tempos e espaços escolares em projetos como o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), o Programa Brasil Alfabetizado e a experiência do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) no estado de São Paulo.

No contexto destas formulações teóricas, a destacar que a educação de jovens e adultos não pode ser confundida com a alfabetização inicial, por óbvio, sendo muito mais do que isso; que o ensino na EJA não pode reproduzir o modelo de aula desenvolvido no ensino regular; que é imperativo considerar as especificidades dos sujeitos que buscam formação nessa dimensão do sistema escolar:

A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não “humanitarista”, pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É instrumento de desumanização (FREIRE, 2021, p. 56).

A despeito de suas contradições, ora contribuindo para a emancipação, ora contribuindo para a alienação, outra marca dualística da educação brasileira, o fato é que progressivamente a EJA se consolida não apenas como instância educacional para sujeitos alijados

historicamente do direito à escolarização básica, mas como um vasto campo de reflexões teóricas, dada a sua importância em sociedade caracterizada pela desigualdade social.

É importante lembramos também dos Cursos de Madureza desenvolvidos no estado de São Paulo, os quais tinham como objetivo suprir as necessidades das pessoas que nas décadas de sessenta e setenta tinham deixado de estudar. Era um curso supletivo para jovens e adultos transmitido pela rede televisiva, levado ao ar pelo canal 2 – TV Cultura. As transmissões além de alcançarem diversos Municípios do Estado de São Paulo se estendiam também para outros estados como Paraná e Minas Gerais.

O curso proporcionava o Ensino Secundário a jovens e adultos, os quais não haviam frequentado a escola no tempo regular. Estes por sua vez já não se encaixavam nas escolas regulares junto às crianças, exigindo uma prática diferenciada, que atendesse a necessidade daquela faixa etária, daqueles jovens e adultos que almejavam a continuidade de seus estudos. Essas transmissões eram passadas nos mais diversos locais inclusive no trabalho, e assim aqueles que nunca tinham frequentado um banco escolar tiveram oportunidade de estudar, ainda que em condições nem sempre adequadas.

Mesmo sendo televisionado os respectivos interessados se inscreviam gratuitamente no local indicado, pessoalmente ou por correspondência, cabendo ao aluno realizar a prova de conclusão do curso pessoalmente em uma data e local determinado antecipadamente.

O curso era dividido em duas fases: a primeira em dez capítulos como revisão do Ensino Primário e a outra em setenta e oito capítulos com os tópicos do Ensino Secundário. Com grande incentivo governamental e alta audiência, os telecursos se apresentaram nos mais variados formatos, sempre objetivando ensinar, formar para que as

peessoas se aperfeiçoassem e prosseguissem com seus estudos para alcance de condições de ingresso no mercado de trabalho profissional.

Face à exposição, ainda que breve, da trajetória da EJA na realidade brasileira, de forma geral, e, particularmente no estado de São Paulo, a se destacar os anseios de instrumentalização dos sujeitos para inserção no mercado de trabalho, conjugados com exigências postas por transformações no processo de produção e implicações relativas aos apelos de exercício da cidadania.

No entanto, a registrar a pouca efetividade dessas políticas face à sua descontinuidade e inconsistência de diretrizes operacionais.

2 Resultados e Discussões

Inicialmente, cumpre destacar que no Brasil a EJA tem sido território marcado pela negação de direitos fundamentais: sobrevivência digna e respeito à condição humana. A maioria dos alunos desse segmento da educação básica apresentam traços de uma cultura familiar, na qual os pais também não tiveram a oportunidade de escolarização. Quando iniciei minha trajetória na educação pública em meados de 2002, tive a oportunidade de trabalhar com uma sala da EJA.

Este público contava em sua maioria com pessoas mais velhas e que de fato não conseguiram estudar, por diversos motivos, entre os quais a citar: os pais não deixavam, residiam em locais de difícil acesso, se casaram muito jovens e logo tiveram que assumir a responsabilidade como chefe de família, ou até mesmo como mães, donas de casa e sendo proibidas pelos maridos de continuarem com os estudos. Ouvi até relatos de alguns que os pais, desde cedo colocavam os meninos para trabalhar na roça por não terem a percepção do poder transformador da educação. Penso também que a falta de estímulo ou de uma política pública voltada para esse público contribui para esta crescente estatística.

Trabalhei em uma Unidade Escolar que atendia alunos da EJA do Ensino Fundamental – Anos Finais, mesmo não atendendo àquele público, vivenciei neste período situações nas quais meu espanto foi muito grande. A maioria eram jovens vindos de famílias totalmente desestruturadas, filhos de pais com problemas com vícios (alcoolismo e até mesmo com drogas ilícitas) em sua maioria moravam com avó, tios, ou até mesmo com o namorado(a), pois os responsáveis estavam reclusos, mortos e em alguns casos, a convivência entre esses adolescentes e seu respectivo responsável já havia chegado a um nível de desgaste muito grande.

Outro detalhe que me chamava atenção era que a maioria destes alunos tinham muitos irmãos e estes não eram sempre filhos de pais diferentes, sendo que a maioria destes convivem com padrastos. Boa parte deles estava com medidas restritivas, eram acompanhados pelos programas sociais de apoio ao menor, tinham diversas passagens pelo Conselho Tutelar, e até passagens pela Fundação Casa. A maioria já se conhecia de um determinado bairro ou por outros motivos em comum, apesar do enfrentamento que eles mantinham com a Gestão escolar, eles se respeitavam entre si, se dividiam em subgrupos e sempre tinha aquele que era respeitado por todos, porém alguns dias eles estavam mais agitados e logo ficamos sabendo que naquela noite tinha acontecido alguma coisa no bairro (batida policial, disputa por território, ou até mesmo conflitos familiares).

Mesmo com contato indireto com eles, era impossível fingir que não via, que não sabia, outro fato curioso é que a turma da manhã teve que ser remanejada para o período da tarde, por dois motivos. O primeiro: no período da manhã a escola começou a perder uma grande quantidade de alunos, pois parte da clientela se assustava com o que acontecia quando eles vinham. O segundo: uma crescente no registro de abandonos, pois a maioria destes alunos alegavam que não conseguiam

acordar para ir estudar no período da manhã, devido a vida noturna agitada, como eles diziam “... fazendo um corre”.

Diante das realidades diferentes que vivenciei fica evidente o quão emergente é a questão referente ao trabalho com este público. Essa questão fica mais evidente quando colocamos a problemática referente à progressão continuada, que passou a ser progressão automática em função de manipulações ideologizadas e interpretação equivocada da comunidade com ela envolvida. Resulta, então, que parte dos alunos concluintes do Ensino Médio saem com certificado, porém sem conseguir realizar uma produção textual significativa.

A Constituição Federal coloca em seu Art. 214 que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento de ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a ECnº59/2009)

I - erradicação do analfabetismo

II – universalização do atendimento escolar

III – melhoria da qualidade do ensino

IV – formação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 214).

Mesmo diante de uma Constituição que prima pela educação universal ao realizar estudos e pesquisas sobre a trajetória da EJA no Brasil, fica evidente que a maioria dos alunos apresenta dificuldades na aprendizagem, baixa autoestima, e para completar estão em empregos não desejados pela grande maioria. Estes retornam à escola na busca de uma nova oportunidade e por motivos diversos tais como: recuperar o tempo perdido, minimizar os impactos da não escolarização no tempo certo, melhorar a situação financeira através de um emprego com salário

mais apropriado, tirar a carteira de habilitação tão sonhada por alguns jovens ao atingir a maioria, ou até pelo simples fato de poder realizar uma leitura em sua comunidade religiosa.

Ser analfabeto na maioria das vezes é motivo de vergonha e diversos constrangimentos uma vez que a maioria destes ocorrem desde os anos iniciais, quando são apontados pelos próprios colegas da sala ao se referirem a quem não aprende ou não sabe determinado conteúdo. As diferenças se desnudam, dentro e fora da escola, evidenciando-se que a desigualdade cultural é apenas uma dimensão das diferenças de classe.

De fato, a relação entre sociedade, cultura e educação é um tanto conflituosa e reflete a luta em espaços nos quais se estabelecem a manutenção ou a minimização das diferenças, sociais e culturais e não individuais apenas, em contexto de desigualdade:

Em contraste com o pensamento convencional sobre a relação entre currículo e cultura, a tradição crítica vê o currículo como terreno de produção e criação simbólica, cultural. A educação e o currículo não atuam, nessa visão, apenas como correias transmissoras de uma cultura produzida em um outro local, por outros agentes, mas são partes integrantes e ativas de um processo de produção e criação de sentidos, de significados, de sujeitos (MOREIRA; TADEU, 2013, p. 35).

Todo o trabalho de análise do problema em questão deve levar em consideração o público-alvo ao qual a EJA se destina. Não é possível utilizar e nem levar em consideração as mesmas estratégias dos demais ciclos, pois este público tem especificidades, estas influenciam tanto de forma positiva como negativa no resultado almejado. Faz-se necessário a utilização de metodologias adequadas para a realidade dos educandos, pois devem estar diretamente ligadas ao seu dia a dia. O professor que trabalha com turmas da EJA deve relacionar os conteúdos com a vida

dos alunos, tudo deve estar contextualizado, ter sentido existencial. Este além de ser mediador da informação e do conhecimento deverá ser também um incentivador, estimular, aguçar diariamente seus educandos, para que estes não desistam e assim evitar a evasão escolar sendo este outro grande desafio a ser superado.

Por isso, estudar acerca do perfil da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no universo pesquisado se revela importante. Abordaremos os dados obtidos através da pesquisa de campo realizada pelo Google Forms, por amostragem. Foi disponibilizado dois formulários, um por família e outro para funcionários públicos municipais e estaduais que atuam em um município do centroeste paulista nas mais diversas áreas, sendo a maioria profissionais da educação.

2.1 Dados obtidos na pesquisa 1 - questionário enviado às famílias

Total de famílias – 50

Total de pessoas - 125

Número Mínimo de pessoa em cada família - 01

Número máximo de pessoa em cada família - 05

Número de pessoas com Ensino Fundamental Incompleto - 07

Número de pessoas com Ensino Fundamental Completo - 10

Número de pessoas com Ensino Médio Incompleto - 12

Número de pessoas com Ensino Médio Completo - 54

Número de pessoas com Ensino Técnico - 03

Número de pessoas com Ensino Superior Completo ou cursando - 31

Número de pessoas que não foi possível considerar os dados - 08

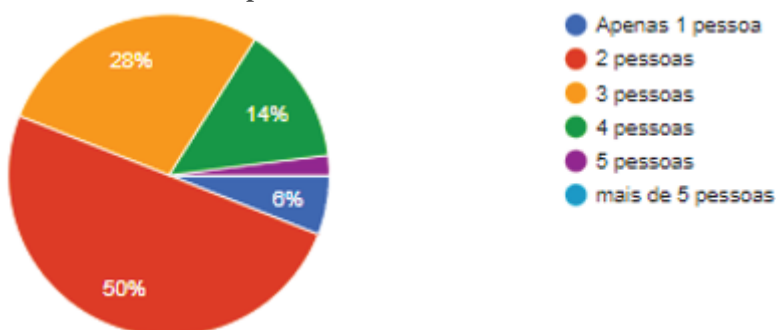
Idade Mínima do responsável pelo preenchimento do questionário - 20 anos.

Idade máxima do responsável pelo preenchimento do questionário - 63 anos.

Os dados revelam que cerca de 5,65% dos sujeitos da amostra pesquisada não concluíram o ensino fundamental, 43,2% não concluíram o ensino médio e que o número de pessoas que possuem ensino superior, concluído ou em andamento, corresponde a 24,8%.

2.2 Gráficos retirados do formulário Google forms

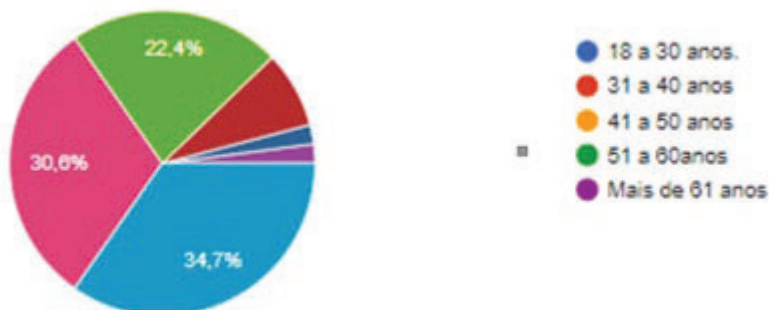
Gráfico 1 – Referente ao número de pessoas maiores de 18 anos que residem na mesma casa.



Fonte: dados da pesquisa

Pelo gráfico, observamos que 50% das pessoas entrevistadas residem com apenas 2 pessoas maiores de 18 anos. Identificamos também que 28% das pessoas entrevistadas residem com 3 pessoas, 14% das pessoas residem com 4 pessoas, 6% residem com mais de 5 pessoas e 2% residem com 5 pessoas maiores de 18 anos em sua residência.

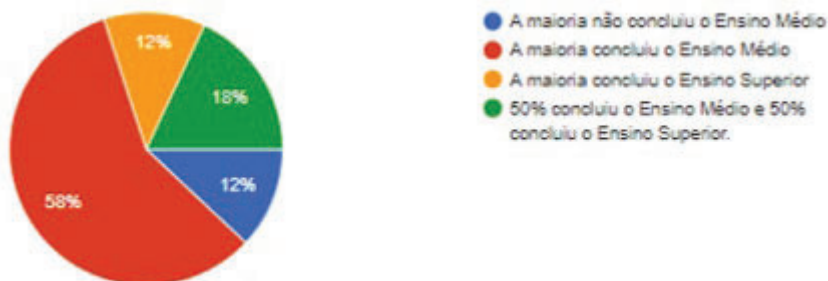
Gráfico 3 – Idade do responsável pelo preenchimento do formulário.



Fonte: Dados da pesquisa

Pelo gráfico, observamos que 34,7% dos entrevistados estão na faixa etária de 31 a 40 anos, 30,6% estão na faixa etária de 18 a 30 anos e 22,4% estão na faixa etária de 41 a 50 anos de idade.

Gráfico 4 – Referente a formação educacional da maioria dos membros da residência.



Fonte: dados da pesquisa

Pelo gráfico, observamos que 58% das pessoas, ou seja, a maioria, concluíram apenas o Ensino Médio. Notamos que 18% delas afirmam que na residência 50% concluíram o Ensino Médio e 50% concluíram o Ensino Superior. Constatamos ainda que 12% das pessoas não concluíram o Ensino Médio, sendo que 12% concluíram o Ensino Superior.

Embora seja um recorte de dados de alguns segmentos da população, o gráfico retrata a realidade da maioria das famílias da cidade. Verificamos, também, referências à baixa qualidade ofertada no ensino regular devido a inúmeros problemas apresentados na frágil educação pública: falta de professor, formação precária, condições inadequadas de trabalho, entre outros problemas detectados.

2.3 Dados obtidos na pesquisa 2 - questionário enviado aos funcionários públicos

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS QUE RESPONDERAM – 24

Idade Mínima do funcionário responsável pelo preenchimento do questionário – 16 anos – Estagiário

Idade Máxima do funcionário público responsável pelo preenchimento do questionário – 59 anos.

Tempo mínimo de trabalho como funcionário público – 2 meses (Estagiário)

Tempo máximo de trabalho como funcionário público – 33 anos

FORMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS –

Ensino Fundamental Incompleto – 0

Ensino Fundamental Completo – 0

Ensino Médio Incompleto – 02

Ensino Médio Completo – 02

Ensino Técnico – 04

Ensino Superior – 11

Especialização, Pós graduação e outros - 05

TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS SEMANALMENTE PELOS FUNCIONÁRIOS

Menos de 50 pessoas semanalmente – 09

Entre 50 e 100 pessoas semanalmente -09

Entre 101 e 200 pessoas semanalmente - 2

Mais de 201 pessoas semanalmente - 0

Respostas em branco - 04

FORMAÇÃO DAS PESSOAS ATENDIDAS PELOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

A maioria das pessoas são analfabetas, mas atendo com diferenciadas formações - 03

A maioria das pessoas estudaram apenas o Ensino fundamental, mas atendo com diferenciadas formações - 13

A maioria das pessoas concluíram o Ensino Médio, mas atendo com diferenciadas formações - 05

A maioria das pessoas concluíram o Ensino Superior, mas atendo com diferenciadas formações - 0

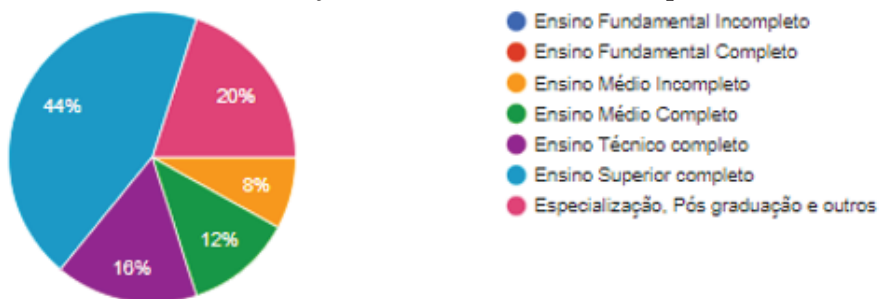
Respostas em branco - 0

Os dados indicam distorções entre as declarações das pessoas entrevistadas e as percepções dos funcionários públicos que atendem a população. Observe-se que na amostra inicial apareceram pessoas com baixa escolarização, ensino fundamental incompleto, mas ninguém se declarou analfabeto, possivelmente por se sentirem um tanto incomodadas com essa condição, mas na declaração dos funcionários públicos, 3 deles indicaram a maioria da comunidade que atendem como de analfabetos. Possivelmente se trate das camadas mais pobres da população. De todo modo, muito difícil que em uma cidade com mais de 5.400 habitantes, não tenha analfabetos em um universo de 125 pessoas entrevistadas.

Por isso, é fundamental que para além dos dados censitários o Poder Público cuide de pesquisar o perfil identitário da população de

modo a se efetivar um diagnóstico mais fidedigno das necessidades de atendimento de demandas educacionais.

Gráfico 1 -Formação educacional dos funcionários públicos



Fonte: Dados da pesquisa.

Pelo gráfico, observamos que 44% dos funcionários públicos Municipais e Estaduais da cidade pesquisada têm formação de Ensino Superior, 20% realizaram algum curso de Especialização, Pós-graduação lato sensu e outros cursos, 16% realizaram o Ensino Técnico, 12% concluíram o Ensino Médio, porém algo preocupante é que 8% não concluíram o Ensino Médio.

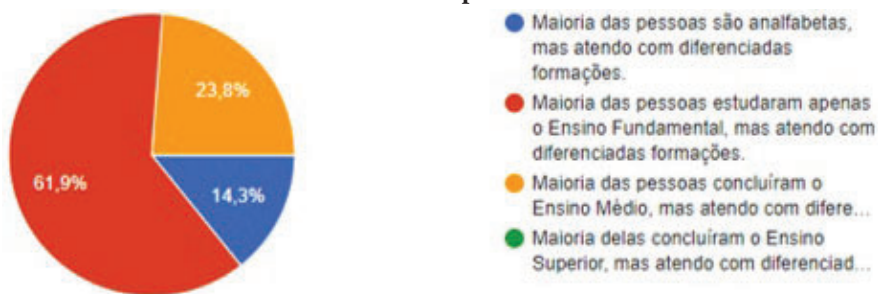
Gráfico 2 - Total de pessoas atendidas pelos funcionários públicos



Fonte: Dados da pesquisa

Pelo gráfico, observamos que 45% dos funcionários atendem de 50 a 100 pessoas, 45% atende menos que 50% pessoas semanalmente e apenas 10% destes funcionários atendem de 101 a 200 pessoas semanalmente, sendo que nenhum dos que responderam atendem mais de 200 pessoas semanalmente.

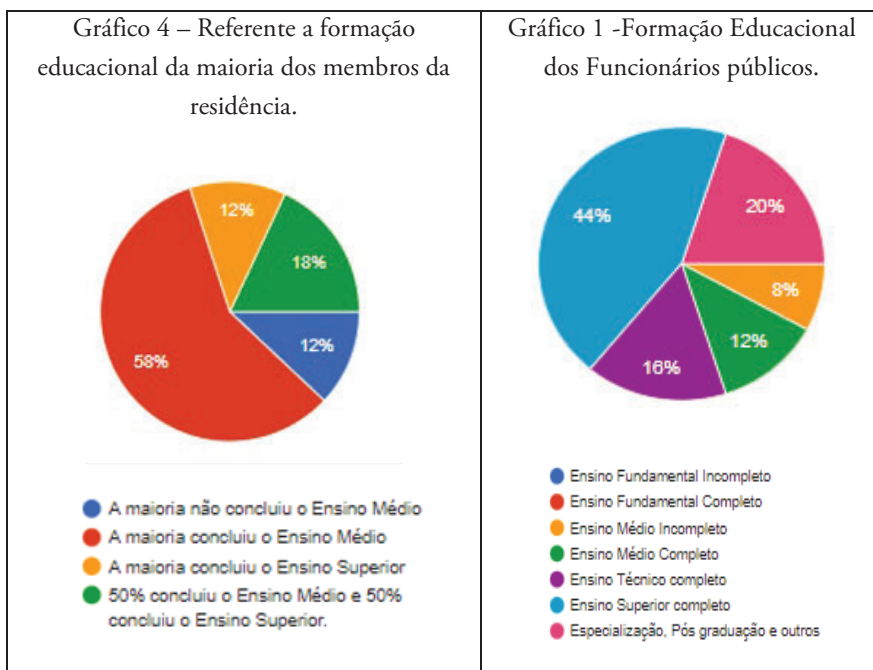
Gráfico 3 – Referente a formação das pessoas atendidas semanalmente pelos funcionários públicos.



Fonte: Dados da pesquisa

A análise do gráfico indica que 61,9% dos funcionários atendem a pessoas que estudaram apenas o Ensino Fundamental, mas estes afirmam que atendem com diferenciadas formações, 23,8% dos funcionários atendem pessoas que concluíram o Ensino Médio e 14,3% afirmam que a maioria das pessoas atendidas são analfabetas.

2.4 Comparativos entre os gráficos apresentados anteriormente



Fonte: Dados da pesquisa.

Pelos gráficos, observamos que a maioria das pessoas com formações são as que estão empregadas em um serviço público municipal ou estadual, se compararmos a realidade das famílias com as dos funcionários a diferença é gritante, porém devemos levar em consideração que os funcionários públicos estão inseridos em diversas famílias, ou seja na maioria das vezes este é o único da casa com curso superior.

De acordo com os dados apresentados no último censo em 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade tinha 5.425, com estimativa de 5.806 para 2021. Vejamos a seguir os dados obtidos:

AMOSTRA – EDUCAÇÃO - NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Sem instrução e Fundamental Incompleto	Fundamental completo e Médio Incompleto	Médio completo e Superior Incompleto	Superior Completo
2.526	773	1.124	212

Esses dados confirmam as contradições apontadas ao longo do texto e indicam a relevância de estudos sobre analfabetismo e baixa escolarização em municípios pequenos, os quais não contam com quadro técnico suficiente para tratamento do problema relativo ao perfil identitário da população marginalizada relativamente ao direito social à educação. Parece-nos que uma alternativa para melhor encaminhamento seria a associação entre municípios para somar esforços para efetivação de diagnóstico mais fidedigno.

Considerações Finais

Diante dos dados obtidos, ainda estamos muito longe de alcançar o necessário delineamento das necessidades de atendimento das demandas educacionais. Isso reafirma as palavras do excerto conforme o texto abaixo:

Creio que no Brasil não são construídas políticas públicas para fincar raízes como políticas de Estado. Usualmente, são sempre políticas de governo, e não de Estado. Assim, embora uma experiência tenha dado certo na gestão “x”, vem a gestão “y” e apaga, substitui ou borra a experiência anterior (GOHN, 2016, p. 71).

Assim sendo, grande parte das pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir na época considerada ideal para estudos, estas se valem de outros meios para sua formação e aperfeiçoamento. Isso

ocorre no dia a dia, na educação informal e não formal, constituída na família, no trabalho, na igreja e nos mais diversos locais e espaços ocupados ao longo de sua vida. No entanto, a situação ideal seria o Estado reconhecer efetivamente a educação como instância de Direito Público Subjetivo, ou seja, direito dos cidadãos e dever da Nação.

Paulo Freire representou um baluarte na discussão do direito à educação e principalmente no que tange à alfabetização de Jovens e Adultos deixou evidente a importância do sujeito ser autor de sua própria história, e como a alfabetização está diretamente ligada a isso. Mesmo sendo algo escrito há muitas décadas seus textos são extremamente atuais, vejamos o que segue:

Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar. Por isso a pedagogia de Paulo Freire, sendo método de alfabetização, tem como ideia animadora toda a amplitude humana de “educação como prática da liberdade”, o que, em regime de dominação, só se pode produzir e desenvolver na dinâmica de uma “pedagogia do oprimido” (FREIRE, 2021, p. 12).

Os dados obtidos diante da pesquisa são preocupantes, assim sendo levanto o seguinte questionamento - a pessoa conseguiu emprego devido á formação ou a pessoa foi inserida em um novo contexto no qual ele se percebeu autora de sua própria história e por este motivo, entendeu a razão pela qual é necessário estudar, se especializar e buscar melhores alternativas para sua vida?

É necessário que sejam adotadas políticas de Estado para que de fato se ressignifique a EJA, posto que tudo passa pela educação, todas as pessoas, todas as profissões, ela é a fonte que abastece todas as outras. Através da educação pense-se em qualidade de vida acoplada a

tecnologia, a política de governo favorece a um grupo reduzido e não leva o país para frente, isto favorece apenas a desigualdade, tão gritante na sociedade. Faz-se necessário utilizar o princípio da equidade, dar conforme a necessidade de cada um, e somente assim superaremos a desigualdade desenfreada que se encontra em nosso país.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9394. Diário Oficial da União, Brasília, dez. 1996. Disponível em: [fillei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf \(senado.leg.br\)](#) Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 4.024. Diário Oficial da União, Brasília, dez. 1961. Disponível em: [lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf \(camara.leg.br\)](#)

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 5.692/71. Diário Oficial da União, Brasília, ago. 1971. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados ([camara.leg.br](#))

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 7.044/82. Diário Oficial da União, Brasília, out. 1982. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados ([camara.leg.br](#))

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Brasília, MEC, 2000. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em 26 set. 2021.

FREIRE, Paulo Freire. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz & Terra, 76ª edição – São Paulo, 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal nas instituições sociais**. Revista Pedagógica, Chapecó, V.18, n. 39, p. 59-75, set./dez.2016.DOI:<http://dx.doi.org/10.22196/rp.v18i39.3615>

MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. *In*: MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2013.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **A História da educação no Brasil**. Minas Gerais: Editora Vozes, 8ª edição - Minas Gerais, 1986